

GORDILHO-SOUZA, A. M. Direito à cidade, como conquista social – O papel da Universidade e assistência técnica no Brasil. In: ROMANO, E. et al. (Orgs.) Centralidades periféricas, periferias centrais. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018.

DIREITO À CIDADE, COMO CONQUISTA SOCIAL

O papel da Universidade e assistência técnica no Brasil

Angela Maria Gordilho Souza
Arquiteta, Profa. Dra. PPGAU-UFBA
Coord. da Residência AU+E/UFBA
amqs@ufba.br

Introdução

Considerando o contexto atual das cidades brasileiras, as políticas urbanas e a inserção social da Universidade em projetos de extensão nessa área, o texto apresenta a experiência da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, implantada de forma pioneira em 2011, pela Universidade Federal da Bahia, na Faculdade de Arquitetura, em parceria com a Escola Politécnica dessa universidade, como pós-graduação *lato sensu*, inspirada na política pública já consolidada da área médica e de saúde. Constitui uma especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade, que põe em prática a Lei Federal 11.888/2008 – Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social –, em resposta às amplas demandas urbanas. Integrando atividades de ensino, pesquisa e extensão, a Residência AU+E/UFBA, agora na sua 3ª. Edição, visa capacitar profissionais e cidadãos na elaboração de projetos participativos de melhoria da moradia em termos amplos de inclusão urbana, atuando em projetos de interesse coletivo, como instrumento de potencialização de investimentos públicos nessa área de atuação e afins. Ampliam-se assim, para além da inovação propositiva, novas possibilidades acadêmicas de política de pós-graduação em prol da formação continuada, multidisciplinar e inserção social da universidade, com perspectivas de expansão em rede nacional, portanto em grande escala, contribuindo assim, para a conquista de cidades melhores e mais justas.

Contexto atual das cidades brasileiras e as políticas urbanas

As grandes cidades brasileiras, no seu processo de crescimento recente, acumulam gigantescos problemas urbanísticos, com alto grau de concentração urbana monofuncional e periferação da pobreza, com intensos processos de segregação sócio espacial, carência e privatização de espaços públicos, esvaziamento de áreas centrais, mobilidade deficiente, dentre outras demandas para o alcance do bem-estar urbano coletivo. Mas, é no espaço das favelas, vilas e loteamentos informais, nas periferias mais distantes das cidades, onde estão as maiores carências e exclusão urbanística. Essas áreas, surgidas com o intenso processo migratório na direção das grandes capitais, em condições de extremas desigualdades sociais e limitações no acesso à terra urbanizada para moradia, fundamentam a urbanização brasileira desde as primeiras décadas do século XX. São condições que configuram cidades crescentemente excludentes de benefícios coletivos e ambientações adequadas.

Atualmente, do total da população brasileira de 202 milhões de habitantes, 84% constitui população urbana e quase metade disso morando nas principais metrópoles, nas quais as ocupações informais, aquelas originadas de parcelamentos que ocorreram à revelia das legislações urbanísticas vigentes à época, variam em proporções de 30% a 60% da sua população.¹ As políticas urbanas até então implementadas têm sido inócuas na conquista de cidades melhores e mais inclusivas. Entre 1960/80 as propostas de erradicação de favelas nas áreas centrais, levando as populações para conjuntos habitacionais periféricos, agravaram ainda mais os processos de segregação, enquanto as favelas remanescentes tiveram suas populações multiplicadas, com os processos de verticalização e adensamento. Esse ciclo foi seguido pelo intenso retorno de novas ocupações informais periféricas, ocorridas nas chamadas décadas perdidas dos anos 1980/90 e, mais recentemente, pela intensificação de ocupações de prédios ociosos em áreas centrais esvaziadas.

Intervenções governamentais para suprir as necessidades dessas comunidades de baixa renda, desprovidas de habitação adequada, infraestrutura, saneamento e equipamentos básicos, citando apenas as principais atribuições legais de direito à moradia digna, têm sido desarticuladas e insuficientes. As principais conquistas dos movimentos sociais nas últimas décadas resultaram na formulação da Lei Federal No. 10.257/2001 – o Estatuto da Cidade, que regulamenta os capítulos de política urbana da Constituição de 1988, com grandes avanços para garantia do direito a

¹ Ver conceituação e metodologia aplicada a Salvador, em Gordilho-Souza (1999).

idades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer. (Brasil, 2001)

Muito se avançou desde então no plano jurídico: temos leis inovadoras, políticas inclusivas, instrumentos participativos, além de recursos públicos subsidiados. Entretanto, na prática, ainda não foi possível aplicar efetivamente essas conquistas na construção democrática das cidades, nem tampouco, tirar o melhor proveito dos investimentos sociais realizados, com possibilidades promissoras de inclusão urbana de forma ampla. As prefeituras, órgãos estaduais, federais e demais instituições públicas voltadas para essas atividades não se mostram capazes de manter ações continuadas, tampouco integradas, além da escassa disponibilidade de profissionais capacitados para essa área de atuação.

Na produção de novas habitações, o contexto do *boom* imobiliário decorrente do aquecimento da economia a partir de meados de 2000, com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, e de um novo Sistema Nacional de Habitação, em 2006, seja pelo mercado imobiliário, seja na produção de interesse social, trouxe grandes expectativas. (Brasil, 2003) De 2002 a agosto de 2010 foram produzidas no Brasil um total 4,3 milhões de novas unidades habitacionais, com investimentos da ordem de R\$ 243 bilhões, para todo o SNH. Pelo SNHIS, foi investido um total de R\$ 68,5 bilhões, incluindo aí R\$ 3,6 bilhões em urbanização de favelas, ainda que fosse prevista uma maior alocação, com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento, em 2006. (Maricato, 2011) Também foram aprovados altos subsídios no programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009, para produção em grande escala, alcançando cerca de 4 milhões de unidades até 2016. Apesar desse grande montante de produção habitacional frente aos altos déficits de habitação estimados no país, observa-se, ao final de 2008, uma inflexão nas políticas descentralizadas de melhorias urbanas, concentrando-se então os investimentos federais no programa MCMV, em detrimento da urbanização de favelas. Com uma alta produtividade, tendo construído mais de 2 milhões de unidades, em apenas cinco anos, com rápido aquecimento do setor da construção civil e da economia, muitas têm sido as críticas a esse programa, ressaltando-se a qualidade dos projetos e sua inserção urbana.²

Observa-se, então um arrefecimento das conquistas do Estatuto da Cidade referente às melhorias urbanas, privilegiando-se os investimentos de interesses do mercado imobiliário, dissociados do planejamento urbano, dinâmica que, com o advento dos recentes megaeventos no Brasil, se intensifica, com a implantação de grandes projetos privatistas. Tais investimentos, seguindo os princípios do planejamento estratégico, privilegiam uma agenda de gestão urbana empresarial corporativa, num contexto de seletividade de mercado de consumo do espaço urbano e esvaziamento do planejamento pelo bem-estar coletivo, desassociada da qualificação urbana. (Gordilho-Souza, 2014)

Nesse contexto, os arquitetos, urbanistas e engenheiros, profissões com funções de projetar e construir espaços, no âmbito do complexo trabalho transdisciplinar de pensar e fazer cidades melhores e mais inclusivas, sem o incentivo institucional para inovação, sentem-se impotentes para implementar a invenção e uso das técnicas mais adequadas. O descontentamento coletivo que se insinua de forma renovada nas amplas manifestações de rua a partir de 2013, já apontavam para a necessidade de definição dos investimentos públicos com outras prioridades sociais pelo direito à cidade, entretanto, sem sinais efetivos de mudanças desse cenário privatista de gestão e produção das cidades.

No âmbito internacional, o estágio de globalização que se vivencia configura um momento de crises econômica, política e social, sinalizando um acentuado desmonte das políticas públicas de interesse social, em um cenário de incertezas na oferta de serviços para o bem-estar coletivo, em contradição a uma sociedade altamente urbanizada e de grandes contrastes sociais. No contexto brasileiro, as mudanças recentes na direção do governo federal agudizam o quadro de inflexões nas conquistas históricas que vinham sendo alcançadas em prol das populações de menor renda, que transparecem nas medidas de contenção de despesas e de salários, esvaziamento e desregulação das políticas sociais e urbanas de interesse coletivo.

Qual a atuação das instituições de interesse público neste momento de crise de representações? Como potencializar as mudanças necessárias de políticas urbanas? Como a universidade pode contribuir na renovação de saberes e práticas para o alcance de cidades melhores e mais inclusivas? Essas são algumas das questões que orientam as reflexões e propostas apresentadas neste texto. Nesse sentido, tendo como referência as primeiras iniciativas de assistência técnica, em prol do direito à habitação digna, bem como das atividades de extensão universitária nessa área de atuação analisa-se a experiência recente da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da UFBA, apontando os resultados, limites e possibilidades de inovação acadêmica em prol da definição de uma política universitária de assistência técnica, que venha a contribuir para uma melhor capacitação técnica, inovação do conhecimento e superação dessa ampla problemática urbana.

² Vários autores trabalham essa questão, ver: Rolnik (2010); Ferreira (2012); Cardoso (2013) dentre outros.

Assistência técnica para habitação e a universidade³

As primeiras experiências de assistência técnica para urbanização de favelas foram empreendidas pelo arquiteto prof. Carlos Nelson Ferreira dos Santos, com o escritório Quadra, na favela de Brás de Pina, na Cidade do Rio de Janeiro, em 1967, reconhecendo essas ocupações como um espaço legítimo de moradia e viabilidade de melhorias habitacionais, frente a intensa repressão. (Costa e Azevedo, 2012)

Em termos de institucionalização para garantia de assistência técnica às pessoas que não podiam pagar por serviços de arquitetura, as primeiras iniciativas foram empreendidas por iniciativa do arquiteto Clóvis Ilgenfritz, em 1978, quando o Sindicato de Arquitetos e o CREA do Rio Grande do Sul implantou o Programa de Assistência Técnica e Construção de Moradia Econômica (ATME), mais tarde dando origem a uma lei municipal em Porto Alegre. (Experiências ..., 2007) Essa iniciativa foi a base para a proposta posterior do deputado federal baiano Zezéu Ribeiro, aprovada na Lei no. 11.888, promulgada em 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. (Brasil, 2008)

Essas iniciativas pioneiras e o fortalecimento dos movimentos sociais pela reforma urbana influenciaram o surgimento de escritórios de assistência técnica para habitação, com destaque para um amplo programa financiado pela Prefeitura de São Paulo, no Governo Erundina (1988-1992), no apoio à produção de mutirões por autogestão para a produção de habitação de interesse social, importante referência de projetos e construção de qualidade, a baixo custo. (Bonduki, 1992)

Com a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, e a criação do Ministério das Cidades, em 2003, há um incentivo federal para financiamento de projetos de autogestão e assistência técnica, sendo lançado o programa de Crédito Solidário, bem como concursos nacionais de projetos para habitação de interesse social e urbanização de favelas, sendo referência a parceria CAIXA/IAB, com várias edições de premiação entre 2001 a 2009. Desde então, com o início do programa MCMV, com base em modelos padronizados de conjuntos habitacionais por faixas de renda, observa-se uma progressiva diminuição de iniciativas para o financiamento de assistência técnica. Mesmo no âmbito desse programa, na sua modalidade MCMV Entidades, lançado em 2010, as exigências quanto ao projeto seguem esse mesmo modelo, com poucas possibilidades de interferência de assistência técnica. (Brasil, 2010)

Nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia, mais diretamente vinculadas ao ambiente construído, as práticas universitárias de assistência técnica no Brasil têm ocorrido ocasionalmente e com mais frequência no nível da graduação, com experiências eventuais de projetos para comunidades demandantes, além de algumas experiências de tecnologias de baixo custo. Essas atividades têm ocorrido no âmbito de determinadas disciplinas ou em grupos de pesquisas e laboratórios, mais esporadicamente ainda, no nível da pós-graduação.

Para as demandas urbanas em tela, a referida Lei Federal No. 11.888/2008 - Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social -, traz o respaldo legal para o desenvolvimento de atividades de assistência técnica gratuita, com várias possibilidades de atuação, dentre elas a da residência profissional, vinculada às universidades. Traz também em perspectiva a necessária articulação entre universidades e gestão urbana e entre os cursos de graduação e pós-graduação, visando ao fortalecimento da capacitação profissional nessa área de atuação e os desdobramentos mais efetivos na promoção do direito à arquitetura, como um dos substratos do direito à cidade.

Outras iniciativas atuantes nessa área, atualmente com apoio escasso de recursos são os escritórios de assessoria técnica - ONGs, OSCIPs e fundações -, associações comunitárias em auto-gestão, alguns escritórios públicos municipais, escritórios modelos de graduação e projetos de extensão universitária, dentre esses, as iniciativas pioneiras de residências profissionais na pós-graduação.⁴

Diante desse quadro, entendendo-se o papel estratégico da Universidade no fortalecimento dessa atividade tão necessária para a melhoria das cidades brasileiras, indaga-se como viabilizar na universidade uma atividade institucional de formação continuada voltada para essas demandas, questão que fundamentou a implantação do projeto ora apresentado.

Residência profissional AU+E/UFBA: primeiros resultados e inovação

A Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), por meio do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFBA) e do seu núcleo de pesquisa LabHabitar, em parceria com a Escola Politécnica (EP-UFBA), aprovou em julho de 2011 a proposta de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (Residência AU+E/UFBA), à semelhança da residência médica, por meio do curso gratuito de pós-graduação *lato sensu*

³ Para um maior detalhamento dessa relação, ver Gordilho-Souza (2015a).

⁴ Além do projeto em tela proposto pela FAUFBA em 2011, a FAUUSP deu início em 2015 ao seu Programa de Residência em Arquitetura e Urbanismo: Planejamento e Gestão Urbana 2015/16.

– Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade (UFBA, 2011).⁵ O referido curso foi aprovado pela Pró-Reitora de Extensão dessa universidade, em dezembro de 2011, mas só foi efetivamente iniciado em outubro de 2013, atendendo ao calendário ajustado da universidade, em função da greve de professores ocorrida em 2012. Essa proposta, pioneira nessa área de atuação, está pautada na Lei Federal No. 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda, de até 3 (três) salários mínimos, de áreas urbanas ou rurais, assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia. A implantação de um programa de Residência nos moldes da proposta implantada visa assim a capacitação de profissionais recém-formados e gestores públicos atuantes nessas áreas e afins, portanto de caráter pluridisciplinar, associando ensino e pesquisa às atividades de extensão para assistência técnica às comunidades carentes, de forma integrada às instituições de interesse público, municípios e movimentos sociais atuantes nessa área, mediando processos propositivos e ampliando assim a inserção social da universidade pública.

Pauta-se na perspectiva de elaboração participativa de projetos inovadores de interesse social e coletivo, com ênfase em arquitetura, urbanismo e engenharia, com vistas a ampliar o acesso a recursos públicos na promoção de melhor qualidade de moradia e fortalecimento da cidadania. Para isso, além do curso, a Residência AU+E/UFBA abrange também trabalho de campo voltado para assessoria técnica e elaboração de propostas, por meio de oficinas, pesquisas, planejamento de ações conjuntas, e outras atividades. Ao final das atividades, os projetos, como proposta preliminar e estimativa de custos para desenvolvimento executivo, são doados pela universidade e seus autores às respectivas comunidades, visando a perspectiva de financiamentos e continuidade futura, com os profissionais especialistas engajados na autoria desses projetos.

Na 1ª. Edição, 2013/14, com duração de 16 meses, atendeu-se a sistemática da grade curricular estabelecida em três etapas (1ª: curso acadêmico e disciplinas – 4 meses; 2ª: extensão de assistência técnica às comunidades – 10 meses; e 3ª: elaboração de projeto, trabalho final – 2 meses), incluindo atividades complementares como seminários internos, reuniões institucionais, oficinas, bem como as publicações e parcerias estabelecidas, inclusive com a possibilidade de uma nucleação na Universidade Federal da Paraíba, a partir do modelo implantado nesta FAUFBA, que vigorou na sua 2ª. Edição 2015/16, esta última finalizada no tempo mínimo de 14 meses de duração. Os avanços compreendem também a elaboração de site próprio, com alimentação permanente (<http://www.residencia-aue.ufba.br/>), publicações, exposições, seminários e montagem de um acervo de projetos de referência, contando com o apoio do PROEXT-MEC/UFBA 2014 e 2015, e em 2016 do PAEXDOC/UFBA, viabilizando divulgação nacional, pelo Ministério das Cidades (<http://www.capacidades.gov.br/blog/mostrar/id/73>).

A 1ª Edição esteve voltada para a capacitação de 20 profissionais residentes, de graduação diversificada, sendo a maioria originários da arquitetura e urbanismo, visando sobretudo o diálogo entre diferentes disciplinas na elaboração de projetos. Estiveram engajados 46 docentes credenciados (35 permanentes – integrantes da UFBA, e 11 colaboradores – sem vínculo com a UFBA), com experiência em projetos nessa área de atuação, e oito comunidades aderentes, sendo seis na Região Metropolitana de Salvador: Calabar, Alto das Pombas, Nova Esperança de Ipitanga, Gamboa de Baixo, Centro Antigo/7ª etapa, Quilombo Rio Vale dos Macacos) uma no município de Ruy Barbosa, na Bahia e outra em João Pessoa, na Paraíba. Na sua 2ª Edição foram selecionados 25 profissionais residentes, sendo dois da área social e os demais das áreas de concentração do curso. Foram sete as comunidades aderentes, sendo seis na Região Metropolitana de Salvador: Mata Escura/Calabetão, Parque Theodoro Sampaio, Garcia, Quilombo Dom João, Pernambués, Estrada Velha do Aeroporto, essas duas últimas atendendo a uma demanda da União Por Moradia Popular da Bahia, para projetos do Minha Casa Minha Vida – Entidades. Na Nucleação da Paraíba, foram alocados quatro Residentes-arquitetos, atuando na comunidade do Porto do Capim, numa parceria com a Universidade Federal da Paraíba.⁶ Os trabalhos desenvolvidos agregaram lideranças locais, moradores interessados, além de participantes de órgãos públicos da gestão urbana e de defesa jurídica, bem como outros professores e profissionais convidados para seminários e composição de bancas, viabilizando-se assim essa 1ª. Nucleação da Residência AU+E/UFBA.

As atividades do curso preparatório em ambas as edições foram desenvolvidas no turno matutino, de 8 às 12 horas, nos dias úteis, prevendo-se que os profissionais-residentes pudessem utilizar o turno vespertino para manter outras atividades profissionais remuneradas, uma vez que o curso ainda não oferece bolsas de estudos. Cumpriu-se assim o total de 40 créditos acadêmicos (408 horas – 24 créditos; sendo 340 horas-aula e 68 horas para elaboração do trabalho

⁵ A proposta foi originalmente elaborada pela profa. Angela Gordilho Souza, coordenadora do LabHabitar, apresentada ao Colegiado do PPGAU-UFBA e aprovada em março/2011, tendo então recebido adesão de outros professores da FAUFBA, para sua aprovação junto à Congregação dessa unidade, ocorrida em julho /2011. Encaminhada então à Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, foi aprovada em dezembro de 2011. Conceitualmente, inspirou-se no pensamento de Henri Lefebvre, traduzido na sua clássica obra “O direito à cidade” (Lefebvre, 1968) e nas contribuições de profissionais e pesquisadores que se engajaram na luta dos movimentos sociais no Brasil, por moradia digna, respaldando-se na Lei Federal 11.888/2008.

⁶ Esse projeto teve os trabalhos de campo supervisionados pela profa. Dra. Elisabetta Romano, da UFPB, coordenadora do programa aprovado pelo PROEXT-MEC (2015-16) para essa localidade, numa parceria UFPB com a UFBA. O curso preparatório da 1ª. etapa foi viabilizado *on line* pelos professores da UFBA e a assistência técnica realizada na comunidade de Porto do Capim, em João Pessoa, sendo os projetos orientados em co-tutoria UFBA e UFPB.

final – projeto/pesquisa orientada) e 16 créditos de trabalho de campo (mínimo de 960 horas de assistência técnica em comunidades), num total de 1.368 horas, distribuídos nos três períodos descritos.

As cinco disciplinas ministradas, foram divididas em três módulos, coordenados por uma dupla de professores, permitindo assim, um coletivo de professores mais amplo, com maior possibilidade de enriquecimento, troca e difusão dos conhecimentos produzidos, sendo uma delas em formato de seminários, com as seguintes temáticas: 1- Produção do espaço, políticas urbanas e direto à cidade; 2- Planejamento e projeto de arquitetura, urbanismo e engenharia para assistência técnica; 3- Projetos de urbanização, infraestrutura e meio ambiente; 4- Metodologias e técnicas para projetos participativos; 5- Seminários temáticos. Cada disciplina está definida num total de 68 horas-aula, ministrada em 4 horas, por dia da semana, durante um semestre de duração. As demais atividades compreendem a residência propriamente dita, para atuação prática de extensão, abrangendo o trabalho de campo, num total de 960 horas; culminando no desenvolvimento do Projeto Final, correspondendo a um total de 68 horas, apresentado na forma propositiva e memorial descritivo.

Na escolha das áreas e composição das equipes, buscou-se fazer uma mescla pluridisciplinar dos profissionais residentes, tendo pelo menos a presença de um arquiteto e urbanista em cada equipe. As comunidades foram contatadas desde o início do curso, nas duas edições, por meio de suas lideranças e as indicações de residentes e de orientador/tutor a partir desse reconhecimento, firmando-se então convênios de cooperação. Várias técnicas de participação foram desenvolvidas nessas comunidades, como oficinas, caminhadas coletivas para reconhecimento, jogos de qualificação e priorização de demandas, diagnósticos e definição dos conteúdos de projetos, serviços técnicos de curta duração, com a elaboração de produtos intermediários, além dos projetos finais. Para as oficinas são contatados também as escolas existentes nas comunidades, numa aproximação com os jovens além das demais representações das comunidades aderentes e demais instituições parceiras.

O sistema de avaliação adotado para verificar a capacitação dos discentes-profissionais e a qualidade do desenvolvimento dos trabalhos de assistência técnica e projetos, estão baseados na apreensão teórico-conceitual da temática, no aprimoramento técnico projetual, apreensão crítica das problemáticas encontradas e qualidade de respostas e encaminhamentos, seja no produto dos trabalhos realizados e projeto final apresentado, bem como no processo da assistência técnica desenvolvido. Para isso, além do acompanhamento coletivo permanente na realização dos trabalhos de grupos e individuais, foram definidos basicamente três momentos de avaliação: 1º): ao final do módulo de disciplinas, com a definição de um plano de trabalho para cada grupo de residentes, por área, utilizando-se de escopo metodológico predefinido pelos coordenadores de disciplinas, constando de itens correspondentes aos conteúdos ministrados no curso e especificidades da comunidade demandante; 2º): demonstração do processo de trabalho prático orientado, com apresentações em seminários internos na construção da proposta coletiva, das metodologias de participação nas comunidades e dos projetos individuais, apresentados ao final, na forma de painéis predefinidos, máximo de seis, e trabalho final impresso, na forma de monografia e propostas, com os projetos anexados. 3º): exposição oral do projeto individual e do processo de trabalho de assistência técnica desenvolvido, para uma banca constituída de mínimo de três membros, sendo dois professores e um profissional da área, com titulação mínima de especialista, presidida pelo professor(a) tutor(a) e aberta ao público; cabendo à banca, a avaliação técnica do projeto, e ao professor tutor, com base nos depoimentos de representantes da comunidade convidados para a exposição, apreciação do processo de trabalho assistência técnica desenvolvido.

Esse conjunto de produtos e seus complementos integram o Trabalho Final, dimensionado para dar corpo ao esboço de um possível Termo de Referência, visando contratação futura para projeto executivo e sua implantação. Os projetos desenvolvidos nessa Residência AU+E/UFBA, na forma de estudos preliminares ou anteprojeto, destinam-se à doação à essas comunidades, visando a continuidade dos processos de encaminhamento para possíveis financiadores, a posteriori, com apoio opcional dos autores das propostas, junto às respectivas prefeituras e outras instituições afins, que venham a executá-las. Dessa forma viabilizam-se processos educativos de ensino-pesquisa-extensão, tendo como resultado projetos adequados e exequíveis, demandas que são cobradas pelas comunidades ao se colocarem receptivas à projetos universitários.

Assim, a proposta pedagógica dessa residência profissional em arquitetura, urbanismo e engenharia foi definida como forma de aproximar a universidade às práticas de produção da cidade, incentivando a troca de saberes para capacitação profissional e cidadã, na definição de projetos participativos voltados para o agenciamento do espaço habitado, aí compreendidos, além do edifício e da cidade, o paisagismo, o urbanismo, a arquitetura e propostas complementares em áreas afins, como forma de viabilizar a multidisciplinariedade necessária. Trata-se, portanto de uma formação continuada, com a perspectiva de aprendizagem teoria-prática, associada à prestação de serviço público de interesse social.

O desenvolvimento das propostas e projetos pressupõe um permanentemente processo coletivo, alimentado por discussões em equipes, seminários internos e apresentações às comunidades, além das orientações individuais dos

tutores e consultores. São enfatizados não apenas técnicas apropriadas, mas, sobretudo conteúdos conceituais que possam contribuir para definição de projetos com potencial de inovação e qualidade estético-funcional, sustentabilidade, exequibilidade e difusão.

Nessa definição pedagógica de aprimoramento coletivo, visualizou-se, sobretudo a integração da educação formal pluridisciplinar associada ao saber popular, envolvendo não apenas a participação de lideranças comunitárias, como também dos moradores de idades variadas, com ênfase na integração dos jovens em escolas locais, além de gestores atuantes nas áreas trabalhadas e possíveis instituições parceiras. Criam-se assim oportunidades educativas propositivas, associadas à elaboração de projetos com potencial de instrumento protagonista nas definições de intervenção pública de melhorias necessárias ao ambiente construído, fortalecendo assim o sentido de responsabilidade coletiva e de urbanidade. Nesse processo, centenas de pessoas se envolveram diretamente nas atividades desenvolvidas, com potencial de execução, que poderão beneficiar milhares de pessoas, resultando portanto em iniciativas de baixo custo e grande impacto.

Seu funcionamento, a partir da estrutura existente na UFBA e seguindo uma estrutura horizontalizada, com o apoio de um amplo quadro de docentes, viabiliza a perspectiva de implantação continuada dessa especialização, aos moldes de uma Residência Profissional, prevendo-se uma oferta bianual, compatibilizada ao calendário acadêmico, com início de cada edição no 2º semestre letivo e encerrando-se no final do ano seguinte. Assim, a 3ª edição, prevista para set.2017 a nov.2018, irá viabilizar um programa continuado, seguindo o mesmo escopo pedagógico, conteúdos e composição do quadro docente de professores credenciados, com oferta de 25 vagas, contando-se com a adesão de novas comunidades. Para isso, mantém-se a parceria da Escola Politécnica, bem como o apoio de instituições de fomento voltadas para ensino, pesquisa e extensão, contando-se também, a partir de 2017, com a possibilidade de apoio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, que aprovou em 2016, a alocação de 2% do seu orçamento para projetos de assistência técnica.

Propõe-se também para a próxima edição a incorporação de discentes da graduação, na condição de estágio profissional curricular, acompanhando os trabalhos desenvolvidos pelos residentes da pós-graduação. Outras oportunidades de apoio se ampliam em rede nacional, com as iniciativas do LabHabitar/FAUFBA na implantação de uma “Rede de assistência técnica: acervo de projetos e publicações de referência”, em parceria com outros núcleos de pesquisa de outras universidades.

Consolidação de um programa: desafios para uma política de assistência técnica

Geralmente inovação está associada às tecnologias das ciências exatas e médicas. Em se tratando de ciências sociais aplicadas, a inovação está sobretudo nas dimensões dos ganhos sociais e da melhoria do ambiente onde se vive, para além da técnica. O sucesso dessa iniciativa de extensão universitária, gestada coletivamente, ao implantar esse primeiro programa de Residência Profissional nessa área de atuação no Brasil, tem como estrutura básica de funcionamento a sua auto sustentabilidade no âmbito da universidade pública. Traz assim a viabilidade de sua replicação institucional e nucleação em outras universidades e a perspectiva de ampliação em rede nacional, além da mobilização de intercâmbios internacionais. Propõe assim novas possibilidades de cooperação e troca de experiências para o seu aperfeiçoamento e desdobramento, com vistas a consolidação de uma política de assistência técnica universitária, com recursos que venham a ampliar essas possibilidades. Fortalece dessa forma a inovação de atuação nessa área, com transferência de tecnologia de projetos de referência, bem como ampliando as possibilidades de inserção social da universidade, ao promover conjuntamente na sua prática, atividades de ensino, pesquisa e extensão, integrando de forma articulada os níveis de graduação e pós-graduação, no aprimoramento da capacitação técnica, teórica e cidadã.

Para isso, os apoios de instituições de interesse público, de municípios aderentes e de movimentos pela moradia, são fundamentais, como base de sustentação e aprimoramento, visando uma maior amplitude de capacitação e propostas para melhoria do ambiente construído, como uma inovação institucional que poderá trazer, pela sua ampla escala potencial, um grande impacto social, com baixo custo de realização.

Como limites e desafios a serem enfrentados, apontam-se a necessidade de custeio de bolsas trabalho de pós-graduação para os residentes-profissionais sem vínculo empregatício, bem como verba de auxílio-viagem para tutores e convidados externos, de forma a viabilizar uma maior interiorização, com atuação em municípios menores, altamente carentes de profissionais nessa área, além de abertura de editais de apoio para a realização de atividades paralelas de sustentação do programa. Essas condições, essenciais para ampliação em larga escala dessa inserção social da universidade, conjugando diversas áreas de atuação, retoma a necessária discussão da regulamentação da Lei no. 11.888/2008, no que se refere à constituição de um fundo permanente de financiamento da assistência técnica para habitação, substanciado no PEC da Moradia, sem tramitação no Congresso desde a sua proposta, em 2009, mandatório para efetivação dessa política pública.

Espera-se, com o sucesso do programa de Residência AU+E/UFBA, que novas instituições venham incorporar essa proposta, para consolidação de um programa nacional de residências profissionais, com vistas à multiplicação de projetos inovadores e capacitação técnica, que venham a contribuir com a inclusão urbana e social de amplas camadas da população, na conquista de cidades melhores e mais justas. (Gordilho-Souza, 2015b)

Agradecimentos

A implantação da Residência AU+E/UFBA foi viabilizada, não apenas pela iniciativa da proposta apresentada pela autora, por meio do LabHabitar - PPGAU/FAUFBA, mas sobretudo pelo aprovação unânime do Colegiado do PPGAU-UFBA e da Congregação da FAUFBA, pela parceria da Escola Politécnica da UFBA e pela adesão de um grande número de professores de ambas as unidades, além de colaboradores externos de outras universidades. Sua realização não seria possível sem o trabalho dedicado, criativo e confiante dos Residentes e Comunidades que se incorporam a essa proposta.

Referências

- BONDUKI, Nabil. *Habitação e Autogestão*. Rio de Janeiro: FASE, 1992
- BRASIL, Governo Federal. LEI No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. [Estatuto da Cidade]
- BRASIL, Governo Federal. LEI No 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003. [Criação do Ministério das Cidades]
- BRASIL, Governo Federal. LEI No 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008. [Assistência Técnica à Habitação]
- BRASIL, Governo Federal. Programa Minha Casa Minha Vida. Brasília, 2010
- CARDOSO, Adauto (Org.). *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- COSTA, Maria de Lourdes e AZEVEDO, Marlice (orgs). *Visões inovadoras em arquitetura e urbanismo – Depoimentos*. Niterói: UFF/PPGAU, 2012.
- EXPERIÊNCIAS em habitação de interesse social no Brasil. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. 2007. Disponível em: <[http://www. http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/](http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/)> Acesso em fev. 2013. [orgs.: Egláisa Micheline Pontes Cunha, Ângelo Marcos Arruda, Yara Medeiros]
- FERREIRA, João Sette W. (coord.). *Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano*. Parâmetros de qualidade para implementar projetos habitacionais e urbanos. São Paulo: LABHAB ; FUPAM, 2012
- GORDILHO-SOUZA, Angela. *Limites do Habitar; segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*, apresentada a FAUUSP, em outubro de 1999. [Publicada pela EDUFBA, em 2000; 2ª. edição com Posfácio, em 2008].
- GORDILHO-SOUZA, Angela M. Proposta de Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia; apresentada ao PPGAU-FAUFBA, mar. de 2011.
- GORDILHO-SOUZA, Angela M. Cidade seletiva e exclusividade urbana: megaeventos, grandes projetos e a Copa 2014 em Salvador. In: CARVALHO, I.M.; SILVA, S.M.; GORDILHO-SOUZA, A.; e PEREIRA, G. *Metrópoles na atualidade brasileira transformações, tensões e desafios na região metropolitana de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2014.
- GORDILHO-SOUZA, Angela M. Residência Profissional: experiência inovadora em ensino, pesquisa e extensão, na implantação da Residência AU+E/UFBA. In: 7º. *Projetar – Anais ...*, Natal/RN, 2015a.
- GORDILHO-SOUZA, Angela M. (coord.) Sessão Livre: Assistência técnica em rede: uma perspectiva da residência profissional em arquitetura e urbanismo. In: XVI ENANPUR – Desenvolvimento, Planejamento e Insurgências, *Anais...* Belo Horizonte/MG, 2015b.
- IBGE. Censo Demográfico 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.
- LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes Ltda., 1991 [original,1968].
- MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. São Paulo, Editora Vozes, 2011.
- ROLNIK, Raquel (org.) Como produzir moradia bem localizada com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida? Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade. Brasília: Ministério das Cidades: 2010.
- UFBA. Proposta para Curso de Especialização Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura. Universidade Federal da Bahia. Aprovado pelo PROEXT-UFBA em nov.de 2011.